



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**MARIA DO SOCORRO PEREIRA**

**AVALIAÇÃO ESCOLAR:  
UM REQUISITO FUNDAMENTAL AO PROCESSO  
ENSINO-APRENDIZAGEM**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2007**

**MARIA DO SOCORRO PEREIRA**

**AVALIAÇÃO ESCOLAR:  
UM REQUISITO FUNDAMENTAL AO PROCESSO  
ENSINO-APRENDIZAGEM**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.**

**Orientadora: Professora Ma. Maria Gerlaine Belchior Amaral.**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2007**



P436a Pereira, Maria do Socorro.  
Avaliação escolar: um requisito fundamental ao processo ensino - aprendizagem / Maria do Socorro Pereira.-  
Cajazeiras, 2007.  
55f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2007.  
Contém Bibliografia.  
Não disponível em CD.

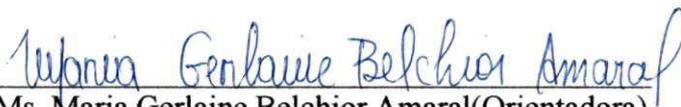
1. Avaliação escolar. 2. Aprendizagem. 3. Avaliação - conceitos. 4. Avaliação - funções. I. Amaral, Maria Gerlaine Belchior. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 37.091.26

MARIA DO SOCORRO PEREIRA

AVALIAÇÃO ESCOLAR  
UM REQUISITO FUNDAMENTAL AO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Monografia aprovada em 10 de novembro de 2007

  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria Gerlaine Belchior Amaral(Orientadora)

Cajazeiras - 2007

“ O ensino não é apenas uma atividade técnica e profissional. Na medida em que deve favorecer o desenvolvimento social e ético dos alunos, pressupõe também uma ação moral. O exercício da avaliação põe em jogo os valores dos professores e reflete sua maneira de ser e de viver.”

Álvaro Marchesi

“Dedico este trabalho aos meus pais que abriram a porta do meu futuro, iluminando o meu caminho com a luz mais brilhante que puderam encontrar: O Estudo. E que sempre me apoiaram nessa caminhada, incentivaram-me a prosseguir, enfim, estiveram do meu lado na alegria e nos momentos difíceis. Dividam, pois, comigo os méritos desta conquista, porque ela lhes pertence.”

## AGRADECIMENTOS

À DEUS – “pois em tudo que existe, vemos a perfeição do criador. Neste momento tão especial agradeço por tanto amor e por ter permitido superar mais essa etapa. Entre tantas palavras bonitas e bem elaboradas que já lhe foram ditas durante toda minha existência, hoje consegui encontrar uma que pode transmitir tudo que quero lhe dizer: obrigada, meu Senhor e meu Deus, meu Deus e meu tudo”.

À todos os professores da UFCG em especial a Ms. Maria Gerlaine Belchior Amaral - “que muito me ajudou a percorrer essa tão difícil trajetória. Sei, porém, que as sementes deste tempo frutificarão para sempre. Cada um seguirá seu caminho, mas, ainda que o tempo e a distância entre nós aumente nada poderá afetar minhas lembranças”.

## RESUMO

O estudo realizado tem como temática central a avaliação escolar e como objetivo principal mostrar que a avaliação é um requisito fundamental ao processo ensino-aprendizagem. O referido trabalho possui inicialmente um caráter de pesquisa exploratória e no que se refere aos procedimentos de coleta de dados e as fontes de pesquisa, preferi primeiramente realizar uma pesquisa bibliográfica que sem dúvida é indispensável em todo estudo científico. Em seguida, realizei a pesquisa de campo, onde ocorre uma aproximação entre o pesquisador e a população investigada. Realizei um estudo de caso e usei como meio de coleta de dados questionários, entrevistas e a observação participante, que no caso garante a obtenção de dados com professores, alunos e núcleo gestor da escola de maneira natural e descontraída.

Nesse estudo, coloco minha opinião quanto ao processo de avaliação da escola pesquisada, bem como a avaliação de modo geral. Sabemos que o processo avaliativo progrediu em relação às suas concepções passadas, mas ainda, precisa ser questionada em termos de organização, de normas burocráticas, precisa de uma redefinição em termos de conteúdos e funções docentes. A avaliação pode ser importante condição de desenvolvimento integral, elemento criativo e transformador da personalidade humana, assim como pode tornar-se instrumento de eliminação e seletividade em um sistema educacional voltado para os aspectos quantitativos deste processo. Demonstra-se a necessidade de continuar pensando a avaliação, sobretudo, de uma avaliação contínua, formativa, na perspectiva do desenvolvimento integral do aluno.

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
<b>Avaliação Conceitos e Funções</b>	
1.1-Conceituando avaliação.....	14
1.2- Funções da avaliação.....	18
1.3-Uma reflexão histórica da avaliação diante da prática docente.....	23
1.4- Avaliação como instrumento de classificação e exclusão.....	24
<b>Uma abordagem sobre a avaliação da aprendizagem</b>	
2.1-A avaliação na nova LDB.....	26
2.2- Função política da avaliação escolar.....	27
2.3- Avaliação como elemento do processo de ensino e do trabalho pedagógico na escola.....	30
2.4-A avaliação e o desafio da aprendizagem.....	34
2.5- A avaliação no contexto escolar.....	36
2.6- Avaliação Formativa.....	38
<b>Experiência vivida na escola</b>	
3.1. A escola campo de Estágio Supervisionado.....	41
3.2. Práticas avaliativas na escola .....	41
Considerações Finais.....	47
A importância do Estágio Supervisionado e da elaboração da Monografia para minha formação profissional.....	49
Referências Bibliografias.....	50
Anexos.....	52

## **Introdução**

Este é um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, do Centro de Formação de Professores – CFP, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus de Cajazeiras-PB. Constitui-se como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

O referido trabalho tem como temática central a avaliação escola, no âmbito da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Alves de Farias, localizada na cidade de Baixo – Ceará. A investigação de que trata a monografia foi realizada no período de tempo que compreende de fevereiro de 2006 à setembro de 2007.

Esta investigação intencionou analisar o processo de avaliação, como parte integrante do trabalho escolar e sua repercussão para o processo ensino/aprendizagem, bem como apontar os mitos que na escola perpassam a avaliação e indicar caminhos que ajudem a desmistificá-los, pretendemos ainda, chamar a atenção dos educadores para a relação existente entre a avaliação escolar e a aprendizagem.

Deste modo, o desenvolvimento deste estudo teve, inicialmente um caráter de pesquisa exploratória, cujo sentido visou detectar a maneira que os professores têm de avaliar e o que fazem esses docentes para evitar o fracasso escolar.

No que concerne aos procedimentos de coleta de dados e as fontes de pesquisa, optamos primeiramente por realizar pesquisa bibliográfica que sem dúvida é indispensável em todo estudo científico, por possibilitar ao pesquisador apropriar-se de informações pertinentes à temática pesquisada, em seguida efetiva uma proposta que buscou informações com os sujeitos investigados, no qual denominou-se pesquisa de campo, onde houve uma aproximação do pesquisador com a população investigada. Usa também como instrumento de coleta de dados a observação participante, por garantir a aquisição de dados de forma natural e descontraída em ocasiões de sala de aula e conversas informais com professores e alunos.

Podemos partir do pressuposto de que o processo de ensino e avaliação inicia-se com a formação de professores que é um sistema pedagógico intencional e organizado de

preparação, teórico-científico e técnico do educador para dirigir o ensino com capacidade e firmeza.

Após a análise do quadro profissional da Escola Municipal de Ensino Fundamental da cidade de Baixio-Ceará, é que sentimos a necessidade de estudar ou analisar os motivos do fracasso escolar. Na maioria das vezes os alunos permanecem por 10 ou mais anos no Ensino Fundamental, quando deveria ser concluído em 9 anos. O que nos preocupa é que escutamos professores dizerem que o fracasso escolar é devido a pouca inteligência dos alunos e a falta de acompanhamento dos pais, entre outros aspectos ligados aos alunos. Ou seja, os professores atribuem sempre aos educandos as causas do fracasso, livrando assim a escola.

O diagnóstico de tal situação despertou nosso interesse pelo processo de avaliação. Consideramos ser este um assunto que merece bastante atenção em nossa prática pedagógica e em nossa sociedade, afinal de contas são as nossas crianças de hoje que constituirão a sociedade amanhã e sem dúvidas não há caminho melhor do que começar pela educação. Mas, uma educação sem prática de exclusão, sem selecionar o que pode e deve ser aceito na sociedade, uma educação que não funcione como instrumento de controle de limitações das atuações (alunos e professores) no contexto escolar.

Desse modo, é cabível que os professores revejam as suas práticas de avaliar ou de encarar o fracasso escolar, admitir que os mesmos têm sua parcela de culpa e que o ato de avaliar é um desafio que requer compromisso, conhecimento e postura docente. É preciso acabar com esse discurso de que os alunos não querem nada ou que não tem capacidade de aprendizagem e que a “escola não pode fazer muita coisa”.

É importante ressaltar que muitas das propostas atuais para a reconstrução da prática avaliativa mantêm o estabelecimento de parâmetros com os quais as respostas dos alunos devem ser comparadas, e não rompem com a prática de classificação, ainda que muitas vezes sejam modificados os termos dessa classificação. Algumas vezes se abandona a escala de 0 a 10, ou deixa-se de utilizar conceitos como ótimo, bom ou regular. Mas, freqüentemente estes são substituídos por outras expressões que não deixam de ter o sentido de medir os resultados alcançados, isto é, sob outros formatos e outros instrumentos são sustentadas as mesmas finalidades da avaliação. O contexto escolar adquiriu um certo grau de liberdade, mas os processos pedagógicos continuam vinculados a um produto previamente determinado.

Neste sentido, a escola poderia dar mais atenção, ou mesmo, concentrar-se na questão do fracasso escolar, procurando refletir sobre a proposta político-pedagógica, rever as formas de avaliação e de como são passados os conteúdos para os alunos, enfim reinventar a escola para lidar com a realidade do educando. Mas, para que ocorram essas mudanças é preciso que essa reciprocidade extrapole os limites da sala de aula e envolva todos os que constituem a comunidade escolar: dirigentes, pais, alunos e professores.

Por saber que hoje as escolas podem adotar sua maneira de avaliar, pois as exigências são outras, e que o papel do educador é deixar de ser um selecionador e tornar um mediador do conhecimento, é que iremos questionar se o projeto de avaliação da escola supracitada busca coletar informações úteis, que permitem a equipe pedagógica tomar decisões acertadas para alcançar a melhor qualidade de ensino possível para seus alunos. Uma vez que sem avaliação não se constrói uma boa escola e sem uma boa escola não se formam bons cidadãos.

O trabalho pedagógico da escola deveria, pois, partir daquilo que o aluno conhece e domina e não dos conteúdos e habilidades que lhe faltam; partir do que ele é e não do que ele não é, assim o projeto avaliativo desenvolvido na instituição escolar deve ter como premissa básica o alcance de objetivos que correspondem os interesses e necessidades dos alunos, garantindo-lhes instrumentos que possibilitam o acesso aos conhecimentos necessários à formação de uma consciência crítica, que os liberte da fragilidade e importância diante do poder e da dominação.

Portanto, pretendemos com esta pesquisa, adquirir conhecimentos teóricos sobre esta temática e a partir daí discutir com os gestores e educadores da escola pesquisada uma nova linha teórica que norteie a sua prática de avaliação do cotidiano escolar, sobretudo uma mudança de postura do docente na condução do processo avaliativo dos educadores, pois a realidade educacional contemporânea nos desafia a buscar alternativas mais coerentes com um ensino emancipatório.

Este trabalho tem também por finalidade contribuir no aprimoramento ou na ampliação dos nossos conhecimentos, aperfeiçoando nossa formação profissional e pessoal.

A avaliação da aprendizagem tem por fim, contribuir na formação, isto é, no crescimento pessoal do educando, fazendo-o apropriar-se dos conteúdos significativos, como: conhecimento, habilidades, hábitos e convicções. Assim sendo, a avaliação favorece assimilação de conteúdos e o processo de construção do ser humano como “sujeito existencial”.

Esta pesquisa está dividida das seguintes partes distintas: introdução, primeiro, segundo e terceiro capítulos, isto é, os dois primeiros capítulos é de fundamentação teórica e o terceiro capítulo está relacionado ao Estágio, e por fim, as apreciações críticas.

No primeiro capítulo da Monografia, abordamos um resgate histórico sobre avaliação, em seguida conceituamos e, apresentamos as funções básicas da avaliação; logo depois mostramos como a avaliação funciona na escola e como ela se apresenta como instrumento de classificação, de exclusão.

No segundo capítulo, relatamos avaliação na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 LDB; os desafios da aprendizagem dentro da avaliação e como se configura o fracasso escolar dos alunos na instituição escolar; e ainda, apresentamos um estudo sobre a avaliação formativa, que faz parte das novas perspectivas de avaliação.

Já no terceiro capítulo desenvolvemos uma exposição das experiências vivenciadas em sala de aula.

## 1. AVALIAÇÃO CONCEITOS E FUNÇÕES

“Ensinar, aprender e avaliar não são momentos separados, formam um contínuo em interação permanente.”

Juan Manuel

### 1.1 - Conceituando Avaliação

Para conceituar avaliação buscou-se uma concepção mais pedagógica e menos técnica. Fundamentamos esta pesquisa, com os seguintes teórico: Luckesi, Jussara Hoffmann, Piletti e Libâneo. Além de amostragem de conceito obtidos em entrevistas feitas a professores e diretores.

Buscando uma reflexão em Libâneo (1994:195) podemos dizer que a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho do professor. Podemos dizer ainda que representa os resultados de um trabalho conjunto entre professor e aluno que são compartilhados a partir dos objetivos propostos, tendo por finalidade verificar progressos, dificuldades e redimensionar a ação docente conforme as necessidades existentes. A avaliação pode e deve ser usada como forma de reflexão sobre a qualidade do trabalho escolar do professor e dos alunos.

A avaliação não deve se restringir apenas a realização de provas e atribuições de notas, pois esta é uma tarefa complexa em que a mensuração propicia dados a serem submetidos a uma apreciação qualitativa. Diz Libâneo (1994:196):

Podemos, então definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e da qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência deste com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação a atividades didáticas seguintes:

Isto significa que avaliar não é apenas o simples ato de verificar, é necessário a mediação entre verificação-qualificação como forma de análise do alcance dos objetivos a que o professor e os alunos estão empenhados a atingir. A avaliação é uma apreciação qualitativa que tomando por base os resultados alcançados permite uma tomada de decisões para que o

professor prossiga nas suas atividades didáticas de forma coerente, possibilitando assim, assegurar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Para Hoffmann (1996:18), os educadores não percebem o ato de educar e o ato de avaliar como um momento de estreita relação em que ambos se completam, isto é, não pode pensar avaliação separado de educação. Por ter essa visão distinta o professor atua em seu cotidiano escolar, de forma distorcida no que se refere a avaliação. Ele, no seu cotidiano escolar, acompanha o desenvolvimento dos alunos “a partir de um relacionamento afetivo em busca de compreensão de suas dificuldades”. No entanto, ao final do período, seja bimestre ou semestre, defronta-se com a tarefa de transformar suas observações seguras, consistentes reais e significativas em conceitos ou notas que classificarão os alunos. É difícil para o professor entender esse processo como educação. A ação da escola, isto é, do sistema de ensino, determina, na sua burocracia, formas que violam o processo avaliação-educação.

Segundo Hoffman, (1996) é necessário que se tome consciência e reflita a respeito da compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados, uma vez que, “ela veio se transformando numa perigosa prática educativa”. A referida autora ressalta que:

“A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexões permanente do Educador sobre sua realidade de acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educandos e Educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação”. (p.18)

Neste sentido, percebe-se que a avaliação como função classificatória e burocrática não propicia a continuidade do acontecimento. É necessário dar ao professor a oportunidade que favoreça-lhe uma tomada de consciência no que diz respeito a “ação de educar e a concepção de avaliar como resultado e como julgamento” (Hoffmann, 1996:18). Oportunidade que poderá vir através de reflexões da sua prática pedagógica, de análises de situações vivenciadas no seu cotidiano, de suas dúvidas e anseios que propiciarão o redimensionamento de ações numa nova perspectiva.

Buscando-se refletir com Luckesi (1995:172), vê-se vários conceitos de avaliação. Em cada situação um aspecto é abordado dando margem a uma compreensão ampla do sentido de

avaliar numa perspectiva de crescimento do educando como ser que precisa ser considerado, analisado, amado, trabalhado. Diz ele:

“Defino a avaliação da aprendizagem, como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, interativo, incluso. Para compreender isso importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário”.

Para Luckesi, o ato amoroso evidencia o acolhimento da situação na sua verdade favorecendo o entendimento de “atos, ações, alegrias e dores como eles são”. Portanto, o ato amoroso não julga, mas, compreende o intuito de integrar e não de afastar. O erro tratado na sua verdade leva a cura. No entanto, o julgamento, por si só, propicia o afastamento de indivíduos levando-os ao fracasso. “A avaliação, como um ato diagnóstico tem por objetivo chegar a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção...”. Diagnosticar, tem por objetivo chegar ao estado pleno em que os envolvidos estejam satisfeitos com os resultados alcançados.

Ainda, buscando a reflexão de Luckesi (1995:174), pode-se dizer que a “avaliação da aprendizagem” na escola, deve estar concentrada em dois objetivos: “auxiliar o educando no desenvolvimento pessoal, a partir do processo ensino-aprendizagem, e responder a sociedade pelo trabalho realizado”.

A avaliação da aprendizagem tem por fim contribuir na formação, isto é, no crescimento pessoal do educando, fazendo-o apropriar-se dos conteúdos significativos, como: “Conhecimentos, habilidades, hábitos e convicções”. Assim sendo, a avaliação favorece assimilação de conteúdos e o processo de construção do ser humano como “sujeito existencial”. Quanto à avaliação com resposta a uma necessidade social Luckesi (1995:174) afirma,

“A escola recebe um mandato social de educar as novas gerações e, por isso, deve responder por esse mandato, obtendo dos seus educandos a manifestação de suas condutas aprendidas e desenvolvidas. O histórico escolar de cada educando é o testemunho social que a escola dá no coletivo sobre a qualidade do desen-

volvimento do educando. Em função disso, educador e Educando tem necessidade de se aliarem na jornada de construção da aprendizagem”.

Aprende-se daí que a avaliação da aprendizagem é complexa, busca a formação do ser humano na sua totalidade. No entanto, o próprio Luckesi reconhece que para atingir os objetivos propostos, tais como crescimento pessoal do indivíduo e a qualidade do trabalho exigida pela sociedade é necessário que esses dois objetivos caminhem juntos. “Se dermos atenção exclusivamente ao sujeito individual, podemos cair no espontaneísmo, caso centremos nossa atenção apenas no segundo, chegaremos ao limite do autoritarismo”.

Entretanto, faz-se necessário que se busque o crescimento individual do educando integrando-o ao coletivo, não como servidor da sociedade, afinal é a educação recebida na escola que favorece a atuação do indivíduo no meio em que vive. Portanto, afirma-se que a avaliação da aprendizagem auxilia educador e educando mutuamente na busca de conhecimento e a escola na sua responsabilidade social.

Para Hadji (2001), a avaliação é um meio que permite verificar o alcance dos objetivos, detectar os alunos que precisam de atenção diferenciada e a reformulação do trabalho possibilitando recuperar as deficiências identificadas. O professor deve tornar o aluno ciente dos objetivos da avaliação favorecendo-o perceber que esta é apenas um meio que favorece identificar as dificuldades e analisar os resultados alcançados. Assim, o referido autor conceitua a avaliação:

“A avaliação é um processo contínuo de pesquisas que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo”. (p. 26)

Desta afirmação do autor, podemos depreender que a avaliação é necessária no processo ensino aprendizagem, pois além de interpretar conhecimentos possibilita a retomada de atitudes que venham favorecer a superação das dificuldades para o alcance dos objetivos propostos. No entanto, mostra a necessidade de toda a escola no envolvimento do processo.

Partindo-se do diagnóstico da realidade a avaliação se concretiza na retomada de direção das ações didáticas necessárias para superação das dificuldades. Descobrir deficiências não é suficiente para o progresso do desenvolvimento do educando, descobrir como superar essas dificuldades é tarefa do educador. A avaliação permite, então, buscar sua direção identificar e superar problemas ou avanço na aprendizagem que dirá a necessidade de redimensionar ou prosseguir com suas ações.

Pode-se dizer que os educadores, na maioria, consideram a avaliação como o processo de sondagem, em que diagnosticar é finalizar a ação avaliativa. Se assim considerarmos, a avaliação se restringirá apenas ao ato de verificar e não de avaliar a aprendizagem.

Convém dizer que essa ação do educador não é um ato isolado, sua forma de agir é consequência de uma aprendizagem recebida em uma escola que deixou impregnado em cada um, o resultado alcançado, como forma o conceito, aprovação ou reprovação era o fim do processo de avaliação.

## **1.2. Funções da avaliação**

Para entender a avaliação é necessário conhecer suas funções. Buscamos então Libâneo (1994) que atribui três funções a avaliação, são elas: “pedagógica-didática”, diagnóstica e de controle.

A função pedagógica-didática da avaliação está relacionada de forma mais abrangente aos objetivos gerais e específicos da educação no que diz respeito ao cumprimento desses. Com a aprovação dos resultados do processo de ensino comprova-se ou não o atendimento das finalidades sociais, isto é, a preparação dos alunos frente as exigências sociais, a participação no processo de transformação social e incentivo aos meios culturais. Comenta Libâneo (1994:197).

“Cumprindo sua função didática, a avaliação contribue para assimilação e fixação, pois a correção dos erros cometidos possibilita-o, a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades e, desta forma, o desenvolvimento das capacidades cognitivas”.

O cumprimento dos objetivos, sejam gerais ou específicos, está intimamente ligado ao processo avaliativo, só através destes é que se pode perceber o sucesso ou insucesso da ação pedagógica. A avaliação só cumpre sua função didática quando é capaz de aprimorar, aprofundar e desenvolver habilidades que propiciem o desenvolvimento da capacidade de conhecimento do ser humano.

A função diagnóstica, segundo Libâneo, favorece a identificação de processo e dificuldades dos alunos, como também a atuação do professor, possibilitando modificações no processo de ensino para melhor cumprimento dos objetivos.

A avaliação diagnóstica ocorre nos três períodos de desenvolvimento das aulas ou unidades de ensino; no início quando faz-se a sondagem dos alunos a fim de prepará-los para o ingresso na matéria nova; durante o processo de transmissão e assimilação, quando se faz o acompanhamento da evolução dos alunos tendo por base a apreciação dos resultados obtidos, correções de falhas esclarecimento de dúvidas e o incentivo constante para o trabalho até que se chega ao desempenho desejado. Essa avaliação possibilita ao professor a oportunidade de, paralelamente ao acompanhar o aluno, adquirir informações sobre seu desempenho no trabalho, como “andamento da matéria, adequação de métodos e matéria, comunicação com os alunos etc”.

Percebe-se que a avaliação diagnóstica é a prática que deve acompanhar o professor no seu cotidiano escolar por propiciar-lhe o ato de avaliar e auto avaliar-se favorecendo, assim, um melhor desempenho no processo de ensino em que os resultados são meios para detectar e superar as dificuldades. Nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental não se pode avaliar apenas em final de unidades ou bimestre, uma vez que cada dia a criança apresenta manifestações diferentes. A avaliação é um processo permanente e contínuo que permite o acompanhamento constante do crescimento tanto do educando como do educador.

A função de controle, diz Libâneo (1994:198), “se refere aos meios e a freqüência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas”. No processo de interação professor-aluno no suceder das aulas, há um controle sistemático e contínuo através de atividades diversas que favorece ao professor perceber o desenvolvimento dos alunos “nas assimilações de conhecimentos convém quantificar os resultados. E acrescenta “A função de controle, sem a função de diagnóstico e

sem o seu significado pedagógico-didático, fica restringido a simples tarefa de notas e classificação”.

Isso significa que a função da avaliação é algo mais que um simples medir ou classificar, ela tem que ser diagnóstica, contribuindo assim, para a melhoria da qualidade de aprendizagem do ensino.

Segundo Luckesi (1995:81), para que a prática da avaliação escolar viabilize o processo de democratização do ensino é necessário partir para a perspectiva de uma avaliação diagnóstica, isto é, o primeiro passo a ser dado é modificar a utilização da avaliação classificatória para a avaliação diagnóstica.

A avaliação deverá ser um instrumento de compreensão da fase de aprendizagem em que o aluno se encontra, partindo da tomada de decisões eficientes favorecendo-lhe o avanço no seu processo de aprendizagem. Diz Luckesi (1994:31):

“Se é impossível aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos necessário”.

Dessa forma, a avaliação não seria apenas um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, e sim, um instrumento de diagnóstico da sua realidade propiciando meios adequados à sua aprendizagem, isto é, a avaliação deve ser um instrumento auxiliar da aprendizagem. Para Luckesi (1995:82), a avaliação sendo “um instrumento de diagnóstico para o avanço (...) ela terá as funções de auto-compreensão do sistema de ensino de auto-compreensão do aluno”.

A medida que os alunos são avaliados possibilita ao sistema verificar se os objetivos propostos foram atingidos. O professor na medida em que avalia a aprendizagem dos seus alunos verifica a eficiência ou não do seu trabalho. O aluno estará descobrindo seus limites, suas possibilidades e necessidades de avanço.

Segundo Luckesi (1995:83) “para que a avaliação cumpra essas funções exige um certo recurso técnico adequado”. É necessário que os instrumentos de avaliação sejam planejados, elaborados e executados, de forma clara, precisa, priorizando os objetivos a serem alcançados.

É preciso, que se fale em um sistema de avaliação, ou seja, um conjunto de ações integradas e continuadas.

As ações de avaliação se desenvolvem em diferentes espaços, abrangendo desde a sala de aula, à escola. Assim, as ações se integram e se completam oferecendo diagnósticos, apontando resultados, sugerindo caminhos, dependendo dos seus fins, dos seus objetivos.

No entanto, cabe a cada escola orientar e redimensionar o seu projeto de avaliação junto aos professores, alunos e administradores, objetivando determinar áreas críticas no ensino aprendizagem, oferecendo direções ao nível de planejamento escolar necessário. Assim sendo, a avaliação deixa de ser vista unicamente como forma de medir os resultados da aprendizagem escolar e assume um efetivo papel na diretriz do trabalho escolar.

Buscando uma reflexão em Hadji (2001), percebemos que para o professor determinar o nível de aprendizagem dos seus alunos faz-se necessário, vários propósitos da avaliação na sala de aula, tais como:

a) Conhecer os alunos - verificar o conhecimento prévio dos alunos a respeito dos conteúdos a serem estudados, a fim de determinar se eles progrediram na aprendizagem após um determinado tempo.

“Essa avaliação tem função diagnóstica de ajudar a detectar o que o aluno aprendeu ao longo dos períodos anteriores, especificando sua bagagem cognitiva”. Isso significa que a avaliação diagnóstica auxilia o professor a determinar quais são os conhecimentos e habilidades que devem ser retomados antes de introduzir os novos conteúdos previstos nos planejamentos.

b) Identificar as dificuldades de aprendizagem na avaliação, também permite diagnosticar as dificuldades dos alunos identificando e caracterizando suas possíveis causas. Essas dificuldades podem ser de natureza cognitiva, com origem no processo ensino-aprendizagem; cabe ao professor trabalhar para superar essas dificuldades.

O aluno, às vezes, “manifesta problema de ordem afetiva e emocional” que interfere no ato de aprender. “O professor deve fazer o que estiver no seu alcance para atenuar ou superar as dificuldades no contexto escolar”. Caso essa superação esteja além da capacidade do professor, ele deverá comunicar aos pais para, se necessário, encaminhar o aluno a um profissional especializado.

A função da avaliação é interferir no processo educativo contribuindo para o desenvolvimento intelectual, afetivo e a formação pessoal do educando.

c) Determinar se os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem foram ou não atingidos. Ai iniciar o ano letivo ou uma unidade de ensino o professor determina os conhecimentos que os alunos devem adquirir, como também habilidades e atitudes a serem desenvolvidas. Esse conhecimentos e atitudes devem ser constantemente avaliados. Sendo resultados dessa avaliação satisfatória cabe ao professor avançar o conteúdo. No entanto, quando o grupo demonstra insuficiência da aprendizagem, cabe ao professor redimensionar ou organizar novas metas propiciando situações de aprendizagens que dê a todos condições de êxito nesse processo. “Essa forma de avaliar é denominada avaliação formativa e sua função é verificar se os objetivos estabelecidos para a aprendizagem foram atingidos”.( Perrenoud, 2000:85).

d) Aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem: o aproveitamento do aluno resulta em grande parte da ação do professor. O ato de avaliar fornece dados que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, e também, indiretamente determinar a qualidade do processo de ensino, isto é, o sucesso do trabalho docente.

“Nesse sentido a avaliação tem sua função de retroalimentação dos procedimentos de ensino (ou feedback) porque fornece dados ao professor, repensar e replanejar sua atuação didática, visando aperfeiçoá-la, para que seus alunos obtenham mais êxitos na aprendizagem”. (Hadji, 2001:23).

e) Promover os alunos – no sistema educacional brasileiro entre outras modalidades de ensino existe o sistema escolar seriado em que o aluno é promovido ou não, de uma para outra série conforme o nível de aproveitamento dos componentes curriculares estudados. Quando a avaliação assume o propósito de conceituar ou notificar o aluno visando tão somente a

promoção ou reprovação, esta avaliação é “somativa e tem função classificatória tendo em vista classificar o aluno através de um aproveitamento premeditado”.

A avaliação precisa ser vista numa concepção pedagógica em que sua função não seja de caráter “seletivo e competitivo”, mas “orientadora e cooperativa”. A avaliação precisa ser utilizada como mediadora para o alcance dos objetivos propostos preestabelecido tendo como primordial o desempenho do próprio aluno.

Tendo em vista as várias funções da avaliação um marco é fundamental, a sua função diagnóstica. É através de diagnósticos que se descobre o sucesso e o fracasso, a direção de continuidade ou retomada, capacidade, habilidade e atitudes a serem trabalhadas visando o desenvolvimento do educando e o crescimento profissional do professor, fortalecendo o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem.

### **1.3 – Uma reflexão histórica da avaliação diante da prática docente**

A avaliação não é uma atividade neutra, está a serviço de uma Pedagogia que nada mais é que uma concepção teórica da educação, que por sua vez traduz uma concepção da sociedade.

Neste sentido, vale estudar a avaliação analisando-adentro dos modelos pedagógicos conservadores progressistas. O modelo social conservador e suas pedagogias respectivas permitem e concedem a renovações internas do sistema, porém permitem ultrapassagem, a igualdade entre os seres humanos, só se mantém nos escritos da lei. Desse modo, um entendimento democratizador da sociedade humana fez renascer a Pedagogia libertadora, fundada e representada pelo pensamento e pela prática pedagógica do professor Paulo Freire.

Pedagogia esta, que acredita na transformação vinda da emancipação das camadas populares, extra-escolar. Por último, está se formando em nosso meio a Pedagogia dos conteúdos sócio culturais representada por um referencial teórico em torno do pensamento de Dermeval Saviani, cuja ideologia está centrada na idéia de igualdade de oportunidades para todos.

De acordo com Saviani:

“Simplificadamente podemos dizer que o modelo liberal conservador da sociedade produziu três

pedagogias diferentes, relacionadas entre si mas com um mesmo objetivo: conservar a sociedade na sua configuração. A Pedagogia tradicional, centrada no intelecto, na transmissão de conteúdo e na pessoa do professor, Pedagogia renovada ou escolanovista, centrada nos sentimentos, na espontaneidade da produção do conhecimento e no educando com suas diferenças individuais e por último a Pedagogia tecnicista, centrada na exacerbação dos meios técnicos e da transmissão dos conteúdos e no princípio do rendimento.” (SAVIANI, 1983:83).

Para Paulo Freire, estes dois grupos de Pedagogia manifestavam-se da seguinte forma: o primeiro tem por objetivo a domesticação do educando, isto é, reprodução que seja voltado para as perspectivas e possibilidades de transformação social.

Neste mesmo sentido, Saviani considera a prática da avaliação escolar dentro do modelo liberal conservador, terá que, obrigatoriamente ser autoritário. Será assim, um instrumento disciplinador não só das competências, como também das condições sociais, no contexto da escola.

#### **1.4 - Avaliação como instrumento de classificação e exclusão**

Por mais paradoxal que possa parecer inicialmente, entendemos que a avaliação que vem sendo praticada por muitas escolas é fator de não-aprendizagem (e não-mudança). Isso ocorre porque não abarca o todo (concentra-se na avaliação do aluno), nem se volta sobre si mesma (meta-avaliação). Quando avaliamos a própria avaliação da aprendizagem, percebemos os seguintes problemas básicos:

Desvios dos objetivos, em vez de se estar preocupado com a aprendizagem, com o desenvolvimento, com o crescimento, tudo passa a girar em torno da classificação, da constatação de que determinada realidade está adequada ou não, e pára-se por aí. No caso da avaliação da aprendizagem, tudo se concentra na nota, na aprovação/reprovação, na sanção (competente-incompetente);

Distorção da prática pedagógica, preocupada com os exames, o docente quer cumprir o programa e utiliza a metodologia meramente expositiva. Com conteúdos preestabelecidos, sem significado relevante e metodologia passiva, os alunos desinteressam-se e surgem problemas de disciplina. Nesse momento, angustiado, o professor acaba usando a avaliação classificatória como arma de controle de comportamento, o que aliena mais a relação pedagógica e realimenta o ciclo vicioso que é o fracasso escolar.

Questão ética, a prática de avaliação excludente favorece o tratamento do aluno como coisa: ele é classificado e, se estiver fora do padrão desejado, é descartado, ainda que com a melhor das intenções, pois é comum escutarmos esse tipo de discurso (“Estamos reprovando você hoje, mas no futuro nos agradecerá”). Nesse campo, quando se resolve avaliar também os conteúdos atitudinais com a mesma lógica classificatória, o estrago é ainda maior.

Analisando esses problemas que cercam a avaliação, podemos ver, então, a situação embaraçosa em que se encontra o fracasso escolar. No entanto, para a reversão desse quadro do fracasso, a avaliação tem um papel decisivo; porém, ao estar montada em bases equivocadas, não só deixa de cumprir sua função de ajudar, como também se torna mais um estorvo para a mudança. Portanto, é fundamental refletirmos sobre os novos desafios da avaliação, a fim de avançarmos em direção a uma educação de qualidade democrática para todos.

Pois a avaliação é um processo natural, que nos permite ter consciência do que fazemos, da qualidade do que fazemos e das conseqüências que nossas ações acarretam. A quantificação e a medição, ao contrário, são produtos artificiais que costumam prestar-se a finalidade que não são essencialmente formativas, prioritariamente educativas. Prestam-se à classificação e à discriminação com base em indicadores precisos de pontuação, que abrem caminho à seleção e à segregação, mas que nada ensinam aos indivíduos envolvidos em processos educativos. Neste sentido, o professor Mendéz (2002, p.27) afirma: “A avaliação deve ser usada sempre para melhorar, nunca para eliminar, selecionar ou segregar”.

## **2. UMA ABORDAGEM SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

### **2.1 - A avaliação na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**

As leis são fontes de esperança, mas não fazem milagres, visto que a realidade escolar não muda por um simples passe de mágica. Nesse sentido, elas são pontos de partida para que a realidade seja repensada e que, com base em sua aplicação, avanços sejam alcançados.

A lei máxima do nosso sistema educacional reflete um processo e um projeto político para a educação brasileira. É chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) porque estabelece:

- As diretrizes que definem os princípios, as finalidades, as intenções e os objetivos da educação brasileira;

- As bases referentes aos níveis e às modalidades de ensino, aos processos de decisão, as formas de gestão e da atuação docente, bem como as competências e responsabilidades relativas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no País.

Na LDB, destacam-se eixos diretamente relacionados ao processo de avaliação: lê-se no Cap. II, Art. 24, inciso V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, (...).
- b) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelo ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Considerando seus eixos, a LDB reconhece na escola um importante espaço educativo e nos professores uma competência moral e política que os habilite a desempenhar o processo avaliativo de maneira mais clara e inteligente.

O problema é que os educadores não foram formados nesta concepção, e por isso a avaliação resiste em mudar até porque não se dá tempo de pesquisar e se investe ainda muito pouco na formação crítica dos professores.

Entretanto, para que a avaliação cumpra uma de suas funções básicas, que é a função formativa, é preciso que o professor avalie levando em conta aquele que está aprendendo. Por isso é tão importante que, antes de avaliar, ele se pergunte a serviço de quem e a serviço de quem está sua avaliação, quem se beneficia com a avaliação que se faz desses alunos concretos. E se não está a serviço de quem aprende, o que significa também estar a serviço de quem ensina, esse exercício de formação e de aprendizagem simplesmente se limitará ao exercício de controle, ao exercício de poder, dimensões pouco favoráveis à aprendizagem.

Podemos ainda, abordar a avaliação como parte que constitui os instrumentos de diagnóstico, que levam a uma intervenção visando a melhoria da aprendizagem. Se ela for obtida, o estudante será sempre aprovado, por ter adquirido os conhecimentos e habilidades necessárias. A avaliação é inclusiva porque o estudante vai ser ajudado a dar um passo à frente. Essa concepção político-pedagógica é para todos os alunos e por outro lado é um ato dialógico, que implica necessariamente uma negociação entre professores e o estudante. Luckesi, chegou a seguinte definição sobre avaliação escolar: “Um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. (Luckesi, 2006:18)

Segundo essa concepção, não há avaliação se ela não trouxer um diagnóstico que contribua para melhorar a aprendizagem.

## **2.2 - A função política da avaliação escolar**

A avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje, em geral, está a serviço de uma Pedagogia dominante que, por sua vez, serve a um modelo social dominante, o qual, genericamente, pode ser identificado como modelo social liberal conservador. A sociedade prevê e garante aos cidadãos os direitos de igualdade e liberdade perante a lei. Cada indivíduo pode e deve, com seu próprio esforço, livremente, contando com a formalidade da lei, buscar sua auto-realização pessoal, por meio das conquistas e do usufruto da propriedade privada e dos bens. As Pedagogias que buscavam a hegemonia, as quais se definiram historicamente nos períodos subsequentes à revolução Francesa estiveram e ainda estão a serviço desse

modelo social. Em vista disso, a avaliação educacional em geral e a da aprendizagem em específico, contextualizadas dentro dessas Pedagogias, estiveram e estão instrumentalizadas pelo mesmo entendimento teórico-prático da sociedade.

Pode-se dizer que o modelo liberal conservador da sociedade produziu três Pedagogias diferentes, mas relacionadas entre si e com um mesmo objetivo: conservar a sociedade na sua configuração.

A Pedagogia tradicional, centrada no intelecto, na transmissão de conteúdo e na pessoa do professor; a Pedagogia renovada ou escolanovista, centrada nos sentimentos, na espontaneidade da produção do conhecimento e no educando com suas diferenças individuais; e, por último, a Pedagogia tecnicista, centrada na exacerbação dos meios técnicos de transmissão e apreensão do modelo liberal conservador da sociedade, tentando produzir, sem o conseguir, a equalização social, a qual não pode ser atingida, pois o modelo social não o permite. LUCKESI (1998:30) diz que o modelo social conservador e suas Pedagogias respectivas permitem e procedem renovações internas ao sistema, mas não propõem e nem permitem propostas para sua superação, o que, de certa forma, seria um contra-senso. Nessa perspectiva, os elementos dessas três Pedagogias pretendem garantir o sistema social na sua integridade.

Outras concepções pedagógicas surgem, a partir da opção por um outro modelo social, em que a igualdade entre os seres humanos e a sua liberdade não se mantivessem tão somente ao nível da formalidade da lei, mas que se traduzissem em concretudes históricas.

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, era de, obrigatoriamente, ser autoritário, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas ou pelos meios de comunicação. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola. Ao contrário, a prática da avaliação nas Pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações.

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e, por isso, adquirirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias. Será que o inferior não pode atingir o nível médio ou superior? Todos os educadores sabem que isso é possível, até mesmo defendem a idéia do crescimento.

Todavia, parece que todos preferem que isto não ocorra, uma vez que optam por, definitivamente, deixar os alunos com as notas obtidas, como forma de castigo pelo seu desempenho possivelmente inadequado. Assim, o ato de avaliar não serve como pausa para pensar a prática e retomar a ela; mas sim como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada. Com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com uma função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade. Esta perspectiva se identifica com o pensamento de Luckesi (2006:16) quando diz que: “ Provas e exames, são apenas instrumentos de classificação e seleção, que não contribuem para a qualidade do aprendizado nem para o acesso de todos ao sistema de ensino.”

Desse modo, a utilização na prática pedagógica, de uma avaliação classificatória, desconsidera o educando como sujeito humano histórico, julgando-o, classificando-o, ficando para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivos e nos históricos escolares, que se transformarão em documentos legalmente definidos.

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma Pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação. O educador, no intuito de dar um novo encaminhamento para a prática da avaliação escolar deverá estar preocupado em redefinir ou em definir propriamente os rumos de sua ação pedagógica, pois ela não é neutra, inserindo-se num contexto maior e estando a serviço dele.

O primeiro passo fundamental para que isso ocorra é assumir um posicionamento pedagógico claro e explícito, de tal modo que possa orientar o planejamento, a execução e a avaliação.

### **2.3 - Avaliação como elemento do processo de ensino e do trabalho pedagógico na escola**

A didática da comunidade educativa requer que se mude as práticas e conceito da avaliação tradicionalmente considerada como o julgamento das etapas já concluídas, em relação aos objetivos desejados. Uma conceituação estática, onde os processos do ensino visam os conteúdos que estão em construção, e não apenas aqueles que consideram os prontos e acabados.

Na perspectiva liberal, a avaliação expressa a postura de instrumento disciplinar e autoritário, não só em relação ao processo cognitivo desenvolvido na escola, como também dentro do contexto social e global.

Observando nesse contexto, as análises avaliativas, percebe-se que, caso o aluno não consiga se enquadrar nas exigências da escola acaba por ser rotulado como preguiçoso ou incapaz, alguém que não estuda ou não tem base.

O ensino é padronizado segundo um ideal que apregoa que todos são formalmente iguais, não levando em conta e até ignorando as diferenças culturais e deixando ao descaso, o fato de que a formação do homem dá-se a partir do momento em que são avaliadas as suas condições de vida em sociedade.

Esse modelo de escola torna o homem um ser desnordeado, desintegrado social e emocionalmente, e muitas vezes, para ajustar-se ao ambiente escolar vê-se obrigado a negar sua própria história de vida.

A avaliação também é considerada como parte integrante dos mecanismos de produção de ignorância na escola. Luckesi (1991) afirma que os critérios de avaliação (de qualquer

atividade humana), aparentemente neutros, na verdade estão vinculados ao modelo de sociedade a que servem.

No que diz respeito a avaliação na escola, o autor observa que “se tem praticado uma avaliação que não tem nada a ver com a concepção teórica existente sobre este processo”.

O professor é quem determina quais são os dados relevantes a serem avaliados, normalmente não define a prioridade de um padrão de comparação e o julgamento da aprendizagem do aluno fica na dependência do seu “humor”, esse julgamento é feito unicamente como base nos valores do professor, e, finalmente, ao invés de servir como base para uma tomada de decisões, a avaliação serve para classificar o aluno.

O professor é definido como bom quando é capaz de conhecer e recorrer aos instrumentos didáticos convenientes à situação vivenciada, adequando-os corretamente aos parâmetros exigidos pela escola. Essa visão do educador nos mostra alguém que se preocupa em assimilar os alunos que apresentam melhores ou piores rendimentos de um bimestre para o outro. A própria palavra rendimento que nos dá a idéia de renda, do ponto de vista financeiro, é utilizado para caracterizar a situação do aluno dentro do processo que “rendeu”. O que expressa claramente quantidade de conteúdos ou pontos.

Esse processo classificatório tradicional mistura-se com a visão escolanovista, que tenta visualizar o aluno no grupo indicando-se posição. Também constata-se a influência do vocabulário tecnicista que identifica como alunos que retêm o domínio nos conteúdos, aqueles que apresentam como rendimento superior a 80% em cada bimestre. Torna-se visível também nesse processo de concepção humanística responsável pela busca de um relacionamento interpessoal com os alunos, baseada em concepções paternalistas.

Sobre esse ponto de vista, podemos observar que a avaliação dentro de um processo de ensino-aprendizagem que predomina nas escolas, nada mais é que um elemento eliminatório ou classificatório. Algo acabado, com tempo concluso, com um fim em si mesmo. Libâneo diz:

“No ensino que manifestam mais resistentes as formas tradicionais de avaliação voltadas à verificação do rendimento escolar. Isto é, dos resultados do ensino, dimensionadas pela objetividade dos

conhecimentos de fatos alcançados: um julgamento que pressupõe a clareza dos objetivos traçados e perseguidos. Submete-se o ensino-aprendizagem à permanente e minuciosa vigilância avaliadora e a instrumentos precisos de verificação dos níveis de rendimento e da correta dosagem de conteúdos. A essa vigilância interna acrescentam-se as exigências burocráticas-legais de atribuição de notas ou conceitos, que tornam ainda mais definitiva e classificatória/eliminatória a avaliação escolar”. (1994:76)

Luckesi (1991) assinala que o desenvolvimento do educando não é considerado na avaliação institucional, o que importa são os resultados, não o processo e, muito menos, resultados e processo em função do ponto de partida de sua vida escolar. A avaliação do processo institucional da aprendizagem baseia-se em uma concepção de educação em que o aluno enquanto sujeito que constrói conhecimento é o grande ausente. Essa grande ausência começa a ser produzida a partir da concepção em que o educando começa a aprender de fato na escola, suas experiências de vida, os caminhos percorridos até ali, não contam.

Nessa análise, observamos que a escola desconhece totalmente o processo evolutivo pelo qual passa o desenvolvimento cognitivo do ser que se alfabetiza. Na sala de aula esse desconhecimento se manifesta na forma como são efetuadas as correções das atividades realizadas pelos educandos que são classificados em “certos” ou “errados”. Além disso, a escola ignora que o educando possa se desenvolver. Não se está querendo dizer que o educador não deva corrigir o aluno, nem que os conteúdos não devam, ser ensinados, o que se quer expressar é que qualquer que seja o assunto abordado em sala de aula, cabe ao educando conduzir e ao educador cabe o papel de criar situações desafiadoras para que o processo ocorra.

Urge que se elimine do sistema escolar a predominância da avaliação de caráter estático e eliminatório, passando a encará-la, como um processo dinâmico, semelhante a nossa relação com o mundo, que coloca-nos a todo instante perante a um processo de ação-reflexão-ação. Essa reviravolta nos enfoques educacionais baseados na transmissão e assimilação de conteúdos expressa uma concepção de homem como ser capaz de promover a transformação da sociedade mediante o conjunto de ações organizadas em direção a objetivos comuns. Para tanto, torna-se fundamental o desenvolvimento da consciência crítica do aluno, para que seja

assinalada a sua realidade social, e ele passe a ser visto como um todo, enxergando em suas diversas dimensões, e conhecido como um ser que constrói, construindo.

A luz de novas concepções teóricas recupera-se a avaliação do ensino, dimensionando-a não pelos resultados em si ou tempo conclusos, mas através de ações pedagógico-didáticas que resultam num amadurecimento intelectual mais amplo dos fenômenos que constituem a vida e o mundo que a permeia. Segundo Ludke (1986),

“ A avaliação se desenvolve dentro de um processo dialético ao qual nos doamos por inteiro, trazendo à tona nossos sentimentos, nossa capacidade intelectual, habilidades, nossa ideologia, colocando a nosso serviço todos os nossos sentimentos, é um processo no qual acionamos todo o nosso referencial de vida, que orienta o processo de análise do que se avaliar”. (p. 27)

O mesmo ocorre do ponto de vista pedagógico. Todas as análises do educando vão abranger desde a sua capacidade de perceber o fenômeno pedagógico como um todo até a percepção de mudança desse fenômeno.

Entretanto essa visão dinâmica do processo avaliativo nem sempre é compartilhada pelos educadores. Isto é devido, em parte, a decorrência de fatos históricos, políticos institucionais que construíram, no decorrer dos tempos, as diversas concepções de escola, educação e processo de ensino, que de certa maneira foram concretizados por meio de rituais institucionais, que envolveram especialmente a avaliação, tornando-a um dos fatores de legitimação dessas concepções.

Segundo depoimento de alguns teóricos e pesquisadores o objetivo do novo sistema de avaliação, contínua e qualitativa, tem como função liberar a escola da visão tradicionalista da forma de avaliar, eliminando o pressuposto de que o professor através de uma única prova, poderá classificar a aprendizagem do aluno e fazer com ele através das diversas dimensões da prática docente, interligue os conteúdos objetivados nas práticas sociais de forma a tornar ambas as práticas inseparáveis, em reciprocidade de relação a serviços de um mesmo processo. Trata-se de superar a dicotomia empirista de que o ensino ou de uma facilitação do eclodir das formas mentais preexistentes, e adormecidas na memória das gerações, ou é vinculada das formas em que se organizam a natureza das coisas.

É necessário também que se apague de vez a imagem da avaliação como um produto acabado, um ponto final, com um resultado pronto e sem retorno, guiado por um processo disciplinar autoritário, crítico, e seletivo, transformando a frieza dos resultados qualitativos, em um processo justo que divisa o aluno como alguém que tem uma história de vida que pode dizer muito mais do que dados avaliativos frios, impessoais que destroem a auto-estima e apagam o entusiasmo do educando, que pelas mesmas razões, já constituem um elevado índice de jovens sem escolaridade.

## **2.4 - A avaliação e o desafio da aprendizagem**

Iniciamos nossas reflexões tendo como referência duas constatações duras, porém, quase que incontornáveis: os alunos não estão aprendendo e a escola não está mudando. Considerando que o ser humano sempre aprende, conforme contribuições das neurociências, ao afirmar que os alunos não estão aprendendo quero dizer que não estão apropriando-se daqueles elementos indispensáveis da cultura, ou que não estão aprendendo tudo o que podem e têm direito.

Quando fazemos estas afirmações, não estamos partindo de um julgamento de competência cognitiva, do tipo “os alunos não são capazes de aprender”. Muito pelo contrário nós somos contra esse tipo de preconceito. Colocamos-nos em um plano de constatação de uma realidade feita pelos próprios professores, pelas avaliações de sistema, como o SAEB, pelas testagens internacionais (PISA, ONU), pelas pesquisas sobre analfabetismo funcional e outro detalhe importante é que esta é uma realidade tanto da escola pública quanto da privada. O SAEB e o PISA revelam que a escola privada está melhor que a pública, mas apenas um pouco e em patamares preocupantes para ambas.

Em relação à não-mudança da escola podemos dizer algo análogo, ou seja, alterações sempre existem, porém nem sempre na direção da emancipação e, mesmo quando nessa direção, nem sempre persistem. A não aprendizagem dos alunos não é novidade. Sabemos por exemplo, que os índices de reprovação na 1ª série do Ensino Fundamental ficam próximos dos 50% desde 1936, quando foi criado no país o Serviço de Estatística Educacional da Secretaria Geral de Educação.

É importante ressaltar que uma das grandes dificuldades é o reducionismo, seja em função da dificuldade de abarcar a totalidade das possíveis causas, seja em função da fixação em alguma delas, levantamos, muito sinteticamente, as seguintes hipóteses para explicar a não-aprendizagem dos alunos e a não-mudança da escola.

\* Problema social: crise de valoração, desemprego, violência, exclusão social, intolerância, preconceito, trabalho infantil, consumismo, desorientação e reestruturação familiar. O aluno, como ser concreto, sofre a reflexão de todo esse contexto;

\* Escassez de recursos e más condições de ensino: escolas funcionam sem condições adequadas de instalações, equipamentos e recursos; classes estão superlotadas; faltam bibliotecas, quadras e laboratório;

\* Desvalorização do professor: a deterioração das condições objetivas (formação, salário, condições de trabalho e valorização social) acabou afetando profundamente a subjetividade do professor, a ponto de ter sido criada uma categoria para explicar tal situação (mal-estar docente);

\* A relação professor-aluno: o professor ensina uma coisa, o estudante entende outra; ensina de uma forma e solicita que seja colocada em prática de outra; ou não usa atividades no contexto do aluno;

\* Currículo disciplinar instrucionista: a organização do currículo em disciplinas provoca distorções, uma vez que a importância maior é do saber, e não do sujeito.

A história das disciplinas escolares deixa claro como, com o tempo, o interesse do aluno, que era decisivo a princípio, dá lugar à preocupação com a própria disciplina e seu corpo de especialistas. A existência de um programa a ser cumprido, custe o que custar, torna a relação pedagógica artificial, na medida em que os objetivos estão dados previamente, independentemente da realidade dos alunos.

Para a reversão do quadro do fracasso escolar, a avaliação tem um papel decisivo; porém, ao estar montada em bases equivocadas, não só deixa de cumprir sua função de ajuda, como também se torna mais um estorvo para a mudança. Portanto, é fundamental refletirmos sobre

os novos desafios da avaliação, a fim de avançarmos em direção a uma educação de qualidade democrática para todos (novos aqui entendido tanto no sentido do que é recente quanto daquilo que se caracteriza por sua atualidade).

## **2.5 – A avaliação no contexto escolar**

São muitas as razões que levam os alunos à abandonar o sistema educacional antes de completar sua educação básica: alguns porque precisam trabalhar ou ajudar a família; outros porque se aborrecem na sala de aula por não compreender a tarefa que devem cumprir; outros ainda porque não vêem nenhum sentido em aprender; a maioria, talvez, porque não tenha encontrado apoio suficiente no período escolar nem de sua família, nem de seus professores, nem de si próprio.

Entre os fatores que levam os alunos a um progressivo desligamento da atividade escolar, não se pode deixar de considerar a maneira como os professores fazem a avaliação de sua aprendizagem. Essa avaliação, por sua vez, é influenciada por vários outros elementos, alguns dos quais serão comentados nessa pesquisa.

As contradições da avaliação: a avaliação dos alunos é a ação educativa paradigmática de um dos principais dilemas da educação: o dilema que se produz entre as expectativas da sociedade em relação ao sistema educativo, que impõe a emissão de certificados e a seleção, e as expectativas dos próprios alunos, que desejam um ensino sensível às suas necessidades e aos seus ritmos de aprendizagem. Por um lado, os professores têm o que foi estabelecido para passar de ano ou para obter, enfim, a titulação correspondente.

Por outro lado, os professores devem fazer sua avaliação levando em conta a situação pessoal do aluno e seus progressos individuais, orientando-a no sentido da melhoria da ação educativa e das aprendizagens dos alunos. As duas funções, social e pedagógica da avaliação refletem nitidamente a tensão entre os objetivos da instituição escolar e os objetivos voltados às necessidades dos alunos.

Existe uma crença e certas práticas amplamente difundidas de que as decisões sobre a avaliação devem ser tomadas com base nos conhecimentos alcançados pelos alunos, sem dar

muita atenção ao progresso em suas estratégias de aprendizagem nem ao seu desenvolvimento social e moral. Além disso, em muitos casos, a habitual distorção do processo de avaliação dos alunos e sua discordância com os princípios que regem o currículo, inclusive com aqueles que teoricamente orientam a avaliação, é reforçada por determinados modelos de avaliação institucional.

Não faz muito sentido transmitir a mensagem de que a educação escolar deve ser ampla e equilibrada, de que ela deve ser orientada para o conhecimento, mas também para o desenvolvimento afetivo e moral dos alunos, de que deve contar com a participação dos professores, dos alunos e dos pais, de que nela os resultados são tão importantes quanto os processos educativos, enfim, tudo isso não faz muito sentido se a avaliação das escolas fixar-se exclusivamente nos conhecimentos em matemática e em português, se ela estabelecer uma relação direta, inclusive pública, entre os bons rendimentos dos alunos nessas matérias e a boa educação, sem levar em conta nem mesmo o contexto social e familiar dos alunos e das escolas. Para estas últimas, é uma tarefa difícil, sem dúvida alguma, resistir a uma pressão tão forte e não se limitar a selecionar os alunos com maiores possibilidades de aprendizagem (ligadas em grande medida, à sua origem social e cultural), exigindo deles que se esforcem ao máximo para dar o melhor de si nessas provas.

A avaliação como ação moral: a ação de avaliar no final de um ano letivo tem uma relação bastante estreita com a atividade dos juízes que decide-se sobre comportamento das pessoas a partir de normas e críticas estabelecidas pela sociedade. A responsabilidade de um juiz é enorme, assim como a de um professor. Repetir o ano, não obter um título acadêmico, não poder inscrever-se no vestibular ou nele ser reprovado pode ter uma influência enorme na vida de um estudante. É óbvio que, em nenhum caso, implica a perda de liberdade, como na ação dos juízes; porém, a decisão de um professor pode condicionar seriamente as opções de vida futuras de um aluno.

Todavia, enquanto o juiz apenas defere sua sentença sem ter de colaborar na recuperação da pessoa julgada, para além do objetivo de reabilitação pretendido pela sentença, o professor, na sua ação docente, deve empenhar-se em ajudar o aluno para que ele alcance os objetivos estabelecidos. Ele seria, por assim dizer, um juiz que cumprisse simultaneamente uma atividade preventiva para evitar que se cometesse uma falta. Por esse motivo, a decisão final

negativa é ao mesmo tempo um reconhecimento de que o trabalho do professor foi estéril ou insuficiente ou, no mínimo, frustrante. Algo que não ocorre na função de juiz.

Evidentemente, o complicado mundo dos afetos também influi na ação de educar e avaliar. É preciso ter consciência do risco de interferência de fatores alheios ao saber dos alunos em nossas decisões: a simpatia ou antipatia, alguma bronca antiga ou a atitude às vezes displicente do aluno. Por isso, devemos estar alertas para não deixar de agir de modo equânime. Há dois mecanismos que me parecem os mais adequados: o primeiro é levar em conta a opinião dos outros alunos sobre o seu colega e o segundo é refletir acerca de nossos afetos e de nossas decisões a respeito de cada um.

O ensino não é apenas uma atividade técnica e profissional. Na medida em que deve favorecer o desenvolvimento social e ético dos alunos, pressupõe também uma ação moral. A função do professor não se restringe a aplicar seus conhecimentos para promover a aprendizagem de seus alunos, ou a cumprir as normas estabelecidas pela administração educativa correspondente; ele deve ser capaz de compreender a situação de seus alunos e de ajudá-los a obter progressos. Para isso, o professor precisa pôr em prática seus conhecimentos, assim como sua capacidade de se relacionar e sua sensibilidade para com os outros. A estreita imparcialidade não pode ser o critério último das decisões dos professores, mas deve ser acompanhado da sabedoria prática, visto que tratar de forma igual os desiguais é tão injusto como tratar de forma desigual os iguais.

Dessa perspectiva, as decisões morais, assim como as decisões de avaliação, pressupõem conhecimentos e aplicação das normas, mas também sensibilidade e compreensão das necessidades dos outros em suas circunstâncias particulares. Por isso, o exercício da avaliação põe em jogo os valores dos professores e reflete sua maneira de ser e de viver sem dúvida, o ensino e a avaliação dos outros são, ao mesmo tempo, ensino e avaliação de nós mesmos. É nisso que reside à grandeza e o risco da atividade docente.

## **2.6 – Avaliação Formativa**

A avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar. Fundamenta-se no processo de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se

em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender.

Este enfoque tem um princípio fundamental: deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação ao mesmo processo de ensino-aprendizagem. Somente neste contexto, é possível falar em avaliação inicial (avaliar para conhecer melhor o aluno e ensinar melhor) e avaliação final (avaliar ao finalizar um determinado processo didático).

Se a avaliação contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, pode-se dizer que ela se converte em uma ferramenta pedagógica, em um elemento que melhora a aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino. Este, é para mim, o sentido definitivo de um processo de avaliação formativa.

Conhecer melhor o aluno: suas competências curriculares, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas técnicas de trabalho a isso poderíamos chamar de avaliação inicial.

Constatar o que está sendo aprendido: o professor vai recolhendo informações, de forma contínua e com diversos procedimentos metodológicos e julgando o grau de aprendizagem, ora em relação à todo grupo-classe, ora em relação a um determinado aluno em particular.

Adequar o processo de ensino aos alunos como grupo e àqueles que apresentam dificuldades, tendo em vista os objetivos propostos.

Julgar globalmente um processo de ensino-aprendizagem: ao término de uma determinada unidade, por exemplo, se faz uma análise e reflexão sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previstos e revê-los de acordo com os resultados apresentados.

A partir destas finalidades a avaliação teria as seguintes características: A avaliação deve ser contínua e integrada ao fazer diário do professor. O que nos coloca que ela deve ser realizada sempre que possível em situações normais, evitando a exclusividade da rotina artificial das situações de provas, na qual o aluno é medido somente naquela situação específica, abandonando tudo aquilo que foi realizado em sala de aula antes da prova. A observação, registrada, é de grande ajuda para o professor na realização de um processo de avaliação contínua.

A avaliação será global: quando se realiza tendo em vista as várias áreas de capacidades do aluno: cognitiva, motora, de relações interpessoais, de atuação etc. E, a situação do aluno nos variados componentes do currículo escolar.

A avaliação será formativa: se concebida como um meio pedagógico para ajudar o aluno em seu processo educativo.

Melhora do processo ensino aprendizagem: a avaliação não começa nem termina na sala de aula. A avaliação do processo pedagógico envolve o planejamento e o desenvolvimento do processo de ensino. Neste contexto, é necessário que a avaliação cubra desde o projeto curricular e a programação, do ensino em sala de aula e de seus resultados (a aprendizagem produzida nos alunos).

Tradicionalmente, o que observamos é o processo de avaliação reduzir-se ao terceiro elemento: aprendizagem produzida nos alunos. No contexto de um processo de avaliação formativa isto não tem nenhum sentido. A informação sobre os resultados obtidos com os alunos deve necessariamente levar a um planejamento dos objetivos e conteúdos, das atividades didáticas, dos materiais utilizados e das variáveis envolvidas na sala de aula: relacionamento professor-aluno, relacionamento entre alunos e entre esses e o professor. Segundo Hoffmann (2000:38),

“ avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas”.

Neste sentido, se avaliar é sinônimo de melhorar, esta melhoria se refere ao aluno, ao currículo, ao professor e, em definitivo... à Escola.

### **3. EXPERIÊNCIA VIVIDA NA ESCOLA**

“A avaliação é um processo natural, que nos permite ter consciência do que fazemos, da qualidade do que fazemos e das conseqüências que acarretam nossas ações.”

(Juan Manuel)

#### **3.1- A escola campo de Estágio**

Cursei o Estágio Supervisionado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Alves de Farias, localizada na rua Cel. Francisco Luís, nº. 300, situada na cidade de Baixio - Ce.

A instituição fica próxima ao centro da cidade, porém, nas suas proximidades não há elementos que atrapalhem seu funcionamento. Ela atende cerca de 170 alunos pertencentes a família de baixa renda, funciona nos turnos manhã e tarde, de 1º a 4º ano. O Núcleo Gestor da escola é composto por: uma diretora-nível de escolaridade (magistério), uma coordenadora pedagógica (licenciada em filosofia), uma secretária escolar (ensino médio) e sete professores compondo o corpo docente da escola, sendo que dois graduados, três cursando a graduação e dois apenas com o magistério.

#### **3.2 – Práticas avaliativa na escola**

A avaliação escolar é uma temática bastante importante na educação. No entanto, não é algo de exógeno ao processo de ensino-aprendizagem, nem independente dos diversos componentes que envolve o mesmo processo. Ao contrário, é algo indispensável à melhoria da qualidade do ensino.

O estudo descritivo-reflexivo aqui apresentado sobre avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental envolveu uma escola da rede pública em Baixio-Ceará, em duas salas de aula, sendo uma de 3º ano e outra de 4º ano, com aproximadamente 25 alunos em cada sala. Na perspectiva de uma ação coletiva capaz de superar ou minimizar os problemas educacionais que são oriundos do processo de avaliação.

A avaliação deve ser pensada como um processo global que se observa onde se quer chegar e o quanto já se andou nessa direção, identificando dificuldades, seus avanços, seus progressos, suas dúvidas e incertezas e a partir daí, repensar os procedimentos e estratégias traçando novos rumos para atingir os objetivos. Nesta perspectiva, um dos professores que responderam ao questionário (conforme o anexo), diz:

“avaliar é favorecer meios para que o aluno seja capaz de reelaborar sua ação e a partir dessa possibilidade ele venha encontrar mecanismos para assim compreender o que está sendo estudado e atingir os objetivos desejados.” (Profª. Fátima Duarte).

É também imprescindível considerar o ponto de partida dos diferentes alunos uma vez que cada um tem suas próprias potencialidades e ritmos individualizados.

É preciso perceber a partir dos padrões mínimos a serem exigidos por todos as diferentes possibilidades de chegada. Entretanto, para avaliar convenientemente faz-se necessário conhecer afundo o educando e o processo.

A avaliação na escola Antonio Alves de Farias ainda funciona como um mecanismo de verificação, aprovação ou reprovação e não como um instrumento de mediação para detectar dificuldades e facilitar o processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, outro professor que respondeu ao questionário define avaliação como: “... uma maneira de acompanhar e cobrar do aluno o desenvolvimento no dia-a-dia de sua vida escolar.”

Baseado em estudos, posso dizer que a avaliação da aprendizagem deve ser uma ação pedagógica que se desenvolve em sala de aula, que orienta a tomada de decisões freqüentemente relacionada ao tratamento dos conteúdos e a melhor forma de compreensão e produção do conhecimento do aluno.

Entretanto, as atividades efetuadas no cotidiano escolar não podem ser isoladas ou estanques. Fazem parte do dia-a-dia dos alunos na escola e não devem ser avaliados, apenas em momentos isolados, muitas vezes totalmente desvinculadas da realidade diária da sala de aula em que os alunos precisam responder à questão sobre um saber determinado considerado pelo professor.

No entanto, verifica-se também, na fala de alguns professores que estes apresentam preocupações em relação ao cumprimento de determinações que lhe são impostas por secretarias e coordenações no que se refere a avaliação e que nem sempre o fazem avaliando o aluno como um todo e sim, somente pelo resultado dos testes mensais ou ambientais, o que vem caracterizar que a avaliação é usada mais no sentido de medir conhecimentos que se mostrem vinculados exclusivamente aos conteúdos.

Isto nos leva a entender que as avaliações realizadas nas escolas decorrem, portanto, de concepções diversas, das quais, nem sempre se tem clareza dos seus fundamentos. O sistema educacional apóia-se na avaliação classificatória com a pretensão de verificar aprendizagens ou competências através de medidas, de quantificações.

Este tipo de avaliação pressupõe que as crianças aprendem do mesmo modo, nos mesmos momentos e tenta evidenciar competências isoladas. Ou seja, algumas, que por diversas razões têm maiores condições de aprender, aprender mais e melhor. Outras, com outras características, que não respondem tão bem ao conjunto de disciplinas, aprendem cada vez menos e são muitas vezes excluídos do processo de escolarização. O aluno José Nilton, do 3º ano diz:

“Para mim a avaliação é muito taxativa, na proporção que ela aprova o aluno ela pode também desaprovar a sua aprendizagem, ou melhor, pode até acabar com a vida do aluno, ele pode até deixar de estudar com o resultado de uma avaliação.”

Este problema é explícito na realidade da sala de aula onde desenvolvi o Estágio Supervisionado, pois é uma sala de 3º ano e outra de 4º ano com as características de multisseriado, ou seja, há aluno em nível de alfabetização e outros em nível de 3º e 4º ano. Esta situação é outro problema que dificulta muito o trabalho do professor em sala de aula, tanto em relação ao desenvolvimento dos conteúdos como a definição das diretrizes que permitem relacionar os procedimentos avaliativos.

Outro problema presente é em relação aos pais dos alunos, estes estão mais interessados nos conceitos de seus filhos, a fim de que sejam aprovados. Isto é facilmente observável nas

reuniões de pais e mestres, onde professores e pais conversam sobre os alunos que estão “com problemas”, isto é, os que não conseguiram o conceito pela escola para passar de ano. Uma das professoras da escola comenta que:

“ na verdade os pais só estão interessados em saber se seus filhos vão passar de ano ou não. Pois na maioria das vezes que freqüentam as reuniões. ( vale salientar que raramente todos os pais procuram a escola). Só se interessam nos conceitos de seus filhos, pouco se importam como seu aprendizado.”

A diretora relata também que já é uma evolução da escola, porque antes nem a presença dos pais dos alunos era possível. Comenta ainda, numa conversa informal que a escola já está criando situações do tipo: palestras, atividades esportivas, brincadeiras, bem como festas comemorativas, afim de incentivar os pais a participarem, a acompanharem ativamente a vida escolar dos seus filhos.

Na escola analisada, os educadores afirmam ser a avaliação uma prática global e contínua do processo ensino-aprendizagem, mas percebe-se que na totalidade, apesar de atitudes diferenciadas, os professores avaliam vários aspectos do educando, mas tendo em vista a atribuição do conceito que os levarão à formação ou reprovação. Acreditamos ser esse posicionamento decorrente da formação profissional ou falta de capacitação pedagógica e técnica do docente e de subordinação ao sistema de ensino que adentra o professor para uma retomada de posição mecânica, obrigatória em que o conceito indicativo do resultado da aprendizagem é de maneira equivocada.

Muitos professores utilizam a avaliação como um fim e não como um sistema que visa essencialmente a melhoria da qualidade da formação do aluno. Mesmo procurando inovar o professor ainda não tem dado a importância necessária que a avaliação merece dentro do processo de aprendizagem. De acordo com essa perspectiva os professores ministram a matéria, desenvolvem atividades, muitas vezes até dinâmicas, aplicam a verificação de conteúdos, atribuem conceitos e encerram o ato de “avaliar”.

Esta situação é demonstrada através do pensamento do professor Carlos Lucena que define avaliação: “É um conjunto de trabalhos desenvolvidos em sala de aula a cada semana entre conteúdos, trabalhos e explicações, finalizando-se em uma avaliação”.

Esquecendo, pois, de levar em consideração algumas características da avaliação:

- ela está inserida no processo ensino-aprendizagem;
- a avaliação faz parte do processo de aprendizagem compreensiva e significativa, possibilitando o diálogo crítico dos alunos sobre os problemas que encontram ao realizar suas tarefas;
- apresenta um grande valor informativo sobre a evolução do processo de aprendizagem;
- tem em conta não só os aspectos intelectuais da pessoa do aluno, mas também as dimensões de tipo afetivo, social e ético;
- procura desenvolver um processo de reflexão-ação-reflexão.

O professor diz avaliar o aluno “no todo”, atitudes, habilidades, comportamento diferenciado considerado pelo professor “indisciplinado” classificado como “bagunceiro”, muitas vezes a criança é punida por essas atitudes: é encaminhada para a diretoria e discriminada perante os colegas, ou ainda, o seu conceito é atribuído por esse “comportamento”. Agindo assim, o professor está descaracterizando a avaliação, que passa a ser concebida pelos alunos como algo que pune, cobra, inibe.

Avaliar não é dar somente atividades escritas. Existem várias formas de avaliação, cabe ao professor conhecê-las, criá-las conforme a realidade de cada sala de aula, favorecendo o processo das diferentes e sucessivas experiências de aprendizagem do aluno. Sendo a avaliação um processo, é necessário que o professor estabeleça objetivos, tanto no que se refere a atividades, como ao conhecimento e torne o aluno conhecedor do que se pretende. Assim comenta o aluno Francisco Lisboa do 4º ano, “Avaliação (prova) não é bom, porque muitas vezes a gente está entendendo a matéria, mais na hora da prova dá um branco e não sai nada.”

Sem esquecer de levar em conta alguns aspectos essenciais dentro do processo de avaliação:

- a realidade social é dinâmica e está constantemente em mudança;
- o programa educativo não é um produto considerado à margem do contexto e dos sujeitos que o desenvolvem;
- o indivíduo é um agente ativo que constrói e dá sentido à realidade;
- o avaliador deve ter em conta marcos de referência teóricas e possibilitar que a teoria surja dos próprios dados;
- a metodologia deve ser adaptada ao ambiente educativo;
- a avaliação deve centrar-se fundamentalmente numa lógica indutiva.

Transformar a prática avaliativa significa questionar a educação desde as suas concepções, seus fundamentos, sua organização, suas normas burocráticas. Significa mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções docentes, entre outras.

Neste momento, o que se propõe é uma reestruturação interna na escola quanto à sua forma de avaliação. Necessita-se, sobretudo, de uma avaliação contínua, formativa, na perspectiva do desenvolvimento integral do aluno. O importante é estabelecer um diagnóstico correto para cada aluno e identificar as possíveis causas de seus fracassos e dificuldades visando uma maior qualificação e não somente uma quantificação da aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo foi possível constatar que a avaliação dos alunos é a ação educativa paradigmática de um dos principais dilemas da educação: o dilema que se produz entre as expectativas da sociedade em relação ao sistema educativo, que impõe a emissão de certificados, a seleção e as expectativas dos próprios alunos, que desejam um ensino sensível às suas necessidades e aos seus ritmos de aprendizagem. Por um lado, os professores têm de julgar se o nível de conhecimento dos alunos atingiu o que foi estabelecido para passar de ano ou para obter, enfim, a titulação correspondente. Por outro lado, os professores devem fazer sua avaliação levando em conta a situação pessoal do aluno e seus progressos individuais, orientando-a no sentido da melhoria da ação educativa e das aprendizagens dos alunos. As duas funções social e pedagógica da avaliação refletem nitidamente a tensão entre os objetivos da instituição escolar e o objetivo voltado às necessidades dos alunos.

Possibilitou também entender que não faz muito sentido transmitir a mensagem de que a educação escolar deve ser ampla e equilibrada, de que ela deve ser orientada para o conhecimento, mas também para o desenvolvimento afetivo e moral dos alunos, de que deve contar com a participação dos professores, dos alunos e dos pais, de que nela os resultados são tão importantes quanto os processos educativos, enfim, tudo isso não faz muito sentido se a avaliação das escolas fixar-se exclusivamente nos conhecimentos dos alunos em determinadas disciplinas, se ela estabelecer uma relação direta, inclusive pública, entre os bons rendimentos dos alunos nas matérias e a boa educação, sem levar em conta nem mesmo o contexto social e familiar dos alunos e das escolas.

Desse modo, é cabível que os professores revejam as suas práticas de avaliar ou de encarar o fracasso escolar, admitir que os mesmos têm sua parcela de culpa e que o ato de avaliar é um desafio que requer compromisso, conhecimento e postura docente. É preciso acabar com esse discurso de que os alunos não querem nada ou que não tem capacidade de aprendizagem e que a “escola não pode fazer muita coisa”.

Neste sentido, a escola poderia dar mais atenção, ou mesmo, concentram-se na questão do fracasso escolar, procurando refletir sobre a proposta político-pedagógica, rever as formas de avaliação e de como são passados os conteúdos para os alunos, enfim reinventar a escola para

lidar com a realidade do educando. Mas para que ocorram essas mudanças é preciso que essa reciprocidade extrapole os limites da sala de aula e envolva todos os que constituem a comunidade escolar: dirigentes, pais, alunos e professores.

O trabalho pedagógico da escola deveria, pois, partir daquilo que o aluno conhece e domina e não dos conteúdos e habilidades que lhe faltam; partir do que ele é e não do que ele não é, assim o projeto avaliativo desenvolvido na instituição escolar deve ter como premissa básica o alcance de objetivos que correspondem os interesses e necessidades dos alunos, garantindo-lhes instrumentos que possibilitam o acesso aos conhecimentos necessários à formação de uma consciência crítica, que os liberte da fragilidade e importância diante do poder e da dominação.

Conclui-se, portanto, que vários são os motivos ou objetivos do porquê da avaliação. Partindo da análise da realidade pesquisada percebe-se que os sujeitos envolvidos demonstram no seu cotidiano profissional a herança de valores sociais, culturais e de sua própria formação que interferem no processo de mudanças necessário para que o desenvolvimento do educando e que são inúmeras as dificuldades que impedem a superação do fracasso escolar, em especial, através da avaliação; mas existe dentro de cada educador o conflito que o faz perceber a situação existente e a perspectiva de crescimento que o leva ao alcance dos objetivos a que se propõe.

A avaliação da aprendizagem tem por fim, contribuir na formação, isto é, no crescimento pessoal do educando, fazendo-o apropriar-se dos conteúdos significativos, como: conhecimento, habilidades, hábitos e convicções. Assim sendo, a avaliação favorece assimilação de conteúdos e o processo de construção do ser humano como “sujeito existencial”.

## **A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E DA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA PARA MINHA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Durante a elaboração da Monografia e a vivência do Estágio Supervisionado, aprendi que o ensino não é apenas uma atividade técnica e profissional. Na medida em que deve favorecer o desenvolvimento social e ético dos alunos, pressupõe também uma ação moral. E a função do professor não se restringe a aplicar seus conhecimentos para promover a aprendizagem de seus alunos ou a cumprir as normas estabelecidas pela administração educativa correspondente; ele deve ser capaz de compreender a situação de seus alunos e de ajudá-los a obter progressos. É preciso refletir sobre ser e ter, sobre o compromisso com o outro ser, enfim, com a manutenção do bem viver. Para isso, o professor precisa pôr em prática seus conhecimentos, assim como sua capacidade de se relacionar e sua sensibilidade para os outros. Preocupar-se em contribuir com a formação do nosso aluno, fomentando uma nova visão de mundo, criando estratégias e possibilidades para que o mesmo tenha expectativas e projetos, promovendo o desenvolvimento do senso crítico por meio do conhecimento e leitura apurada de mundo. Dessa perspectiva, as decisões morais, assim como as decisões de avaliação, pressupõem conhecimento e aplicação das normas, mas também sensibilidade e compreensão das necessidades dos outros em suas circunstâncias particulares. Por isso, o exercício da avaliação põe em jogo os valores dos professores e reflete sua maneira de ser e de viver.

## REFERÊNCIAS

- FIRME, Thereza Penna. **Mitos na Avaliação**. Mundo Jovem (2001) nº 09, nov. 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996 (Coleção leitura).
- HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação, repetência e evasão escolar**. Mundo Jovem (52) Maio/93.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mito e desafio uma perspectiva construtiva**. Porto Alegre: OS. Mediação, 1996.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96).
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Didática**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação Educacional Escolar: Para além do autoritarismo**. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUDKE, M. André, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 6. ed. São Paulo: EPU, 1986.
- MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer – 2ª ed. Ver. E atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.**
- MÉNDEZ, Alvarez J. M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PERRENOUD, P. **Práticas Pedagógicas – Profissão Docente: Perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação: da excelência a regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmede, 1999.
- \_\_\_\_\_. **10 Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **As teorias de educação e o Problema da Marginalidade**. In: escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1983.

\_\_\_\_\_. **Saber escolar, currículo e didática**. 3 ed. Campinas: Autores associados, 2000.

VASCONCELOS, Celso S. **Avaliação: do “É proibido reprovar ao É preciso ensinar”**. Conferência proferida no seminário sobre as práticas avaliativas nas primeiras séries das escolas públicas. Fortaleza, 1996.

\_\_\_\_\_. **A avaliação e o desafio da aprendizagem e do desenvolvimento humano**. Revista pedagógica Pátio. 34. ed. Porto Alegre: Artmed. 2005.

\_\_\_\_\_. **Concepção – Libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1994.

[www. google. Com.br](http://www.google.com.br)

# ANEXOS

## QUESTIONÁRIO

1. Sabemos que a avaliação é usada para medir o conhecimento do aluno, você acha que ela só ajuda ou também atrapalha o aluno?
2. A avaliação tem suas vantagens e desvantagens, na mesma maneira que ela produz, ela pode podar o aluno. Qual seu ponto de vista a esse respeito?
3. Não existe fórmula pronta para o professor realizar uma boa avaliação, na sua opinião qual a melhor maneira para você alcançar seu objetivo na sala de aula?
4. Como você costuma avaliar aos alunos?
5. Na sua opinião para que devemos avaliar?
6. Na sua concepção a avaliação serve para avaliar só o aluno, ou ao professor também?
7. A avaliação precisa ser analisada em dois níveis, os efeitos dentro da sala de aula e os efeitos para o aluno quando sai da escola, o que essa avaliação trás de positivo e negativo?
8. A avaliação não se restringe apenas a realização de provas e aplicação de notas, você concorda com essa opinião? Justifique.
9. A função da avaliação é interferir no processo educativo, sobretudo no tocante ao processo ensino aprendizagem, qual o seu ponto de vista com relação a essa afirmação?
10. A avaliação ainda é muito concebida como uma arma que o professor dispõe. O que você pensa sobre esse procedimento?
11. Sabemos que a avaliação tem um papel decisivo na vida escolar do aluno, você concorda com isso?
12. Luckesi afirma que a avaliação é um ato político, o que você entende por avaliação nesta perspectiva?

## **Entrevista**

1. O que significa avaliação para você?
2. Como você é avaliado na escola?
3. Você gosta de ser avaliado
4. Você acha certo ser avaliado?
5. Como você gostaria de ser avaliado?
6. Qual a sua opinião sobre avaliação escolar?